

ANTIBIÓTICOS: Uso abusivo x uso racional

■ O VICE-PRESIDENTE DO CFF, AMILSON ÁLVARES, ANALISANDO A PROPOSTA DA ANVISA, DE ENQUADRAR OS ANTIBIÓTICOS NA LISTA DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS, PERGUNTA EM TOM DE ALERTA: “E SE O PACIENTE NÃO TIVER ACESSO À PRESCRIÇÃO?”.

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista.



Vice-presidente do CFF, Amilson Álvares

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) propõe incluir os antibióticos na lista de medicamentos controlados, a exemplo do que ocorre com os de tarja preta. A intenção da proposta é combater o uso inadequado desses produtos e, assim, frear o avanço da preocupante resistência bacteriana. Mas o que aconteceria, se o controle entrasse em vigor, hoje, com todas as dificuldades que a população enfrenta para receber atendimento médico?

De acordo com a proposta da Agência, sem prescrição, o paciente não poderia adquirir o antibiótico. Então, o controle privaria o paciente de ter acesso aos

antibióticos? O Vice-presidente do Conselho Federal de Farmácia, Amilson Álvares, acredita que sim, caso o serviço público não avance e garanta à sociedade o atendimento médico e os serviços farmacêuticos, de forma universal.

Álvares alerta que o Governo só deveria regulamentar a proposta, se previsse – e solucionasse – alguns problemas da realidade da saúde brasileira. Cita, a título de exemplo, que, de um lado, há pequenos Municípios, onde o atendimento médico é esparso, e, do outro lado, existem grandes centros dotados de bons hospitais e centros de saúde, mas que não dão conta de atender à demanda

da sociedade, o que pode fazer com que uma pessoa com uma infecção bacteriana leve dias de espera.

Mas infecções bacterianas não podem esperar. “Diante disso, fica a pergunta: e se o paciente não tiver acesso à prescrição? Ele ficará à míngua de antibióticos e terá o seu quadro agravado?”, questiona o dirigente do CFF.

Amilson Álvares concorda com o rigor no controle da venda de todos os medicamentos. Lembra que a resistência bacteriana é implacável e sofre um processo de expansão, no mundo inteiro. Ela é responsável por transformar bactérias que, até pouco tempo, eram de fácil combate, em microrganismos poderosos, que só podem ser vencidos com antibióticos potentes e, mesmo assim, com dificuldade.

Às vezes, ressalta Álvares, a resistência bacteriana leva o paciente à internação, gerando transtornos para o mesmo e despesas evitáveis para os sistemas público e privado de saúde. Citou o caso do *Staphylococcus aureus*.

Para ele, não basta controlar o uso de antibióticos, restando a receita médica, nas farmácias e drogarias. É preciso que o Governo deflagre uma campanha intensa para alertar a população sobre os riscos da resistência microbiana gerada pelo uso inadequado de antibióticos e, ao mesmo tempo, garanta o acesso da população aos serviços médicos e farmacêuticos, pede o dirigente do CFF.

“O paciente pode ter o acesso ao médico e ao antibiótico, mas continuará a usá-lo, inadequadamente, se não contar com a orientação farmacêutica”, acrescenta. A PHARMACIA BRASILEIRA entrevistou Amilson Álvares sobre o assunto. VEJA A ENTREVISTA.

PHARMACIA BRASILEIRA - Dr. Amilson, o senhor acha que pessoas que residem em pequenas cidades onde a assistência médica é esparsa, ou nos grandes centros, onde o acesso ao médico é difícil devido à grande demanda (exemplo é o atendimento na rede pública), poderão encontrar alguma dificuldade para adquirir o antibiótico, já que a proposta da Anvisa é de que esses medicamentos sejam dispensados exclusivamente mediante a retenção da receita médica?

Amilson Álvares, Vice-Presidente do CFF - Vai depender muito dos avanços no setor de saúde pública (SUS), no sentido de levar assistências médica e farmacêutica a todos os Municípios brasileiros, o que não existe, hoje. Conheço pequenas cidades do interior do Tocantins, onde o médico vai, uma vez por semana. Por outro lado, nos grandes centros, os hospitais e postos de saúde estão abarrotados de pacientes e muitos só conseguem o atendimento muitos dias depois.

Eu espero que, antes da aprovação de uma normativa que regulamente o uso racional dos antibióticos, seja feito um trabalho amplo de divulgação, no sentido de mudar a cultura do brasileiro e levar informações sobre os benefícios e os malefícios que os antibióticos podem causar. No último caso, se usado de forma indiscriminada.

No momento em que toda a dispensação de antibióticos só for permitida, por meio de uma prescrição, caso não seja feito um trabalho de orientação e conscientização da população, eu acredito que poderá, sim, ocorrer um prejuízo muito grande para a saúde do brasileiro, com agravamentos de processos infecciosos e a busca de meios alternativos de tratamento que, em casos de infecção bacteriana, poderá levar o estado de

saúde do paciente a se complicar ainda mais e a aumentar os gastos do setor público.

PHARMACIA BRASILEIRA - Uso abusivo de antibióticos com possibilidade de desenvolvimento de resistência microbiana *versus* dificuldade de acesso ao antibiótico com possibilidade de recrudescimento de infecções. As duas situações têm a mesma gravidade? Como devem ser encaradas pelas autoridades?

Amilson Álvares, Vice-Presidente do CFF - Ambas devem ser evitadas, mas de maneira correta. O ato de dispensação de um antimicrobiano, com apresentação de receita, não significa necessariamente que se evite a seleção de cepas resistentes, porque, na maioria dos casos de aquisição de antibióticos, mesmo com receitas, existe o problema do mau uso do medicamento (período de uso incorreto, sem a orientação de um farmacêutico).

As autoridades têm que massificar a informação, sob a forma de alerta, de que o uso indiscriminado de antibióticos é algo perigoso, como perigoso, também, é usá-lo sem a orientação farmacêutica. Assim, o paciente irá, sempre, procurar o médico e o farmacêutico.

PHARMACIA BRASILEIRA - O senhor acha que, em alguns casos de infecção – uma amigdalite bacteriana, por exemplo -, quando o paciente não tem acesso ao médico, o farmacêutico poderia ser autorizado a assistir a automedicação do paciente com antibiótico?

Amilson Álvares, Vice-Presidente do CFF - Não acredito que isto venha acontecer, apesar de o farmacêutico ser qualificado para tomar decisões nesse sentido (o de assistir o paciente na automedicação, como acontece, em alguns países mais desenvolvidos), mes-

“O Governo tem que massificar a informação, sob a forma de alerta, de que o uso indiscriminado de antibióticos é algo perigoso, como perigoso, também, é usá-lo sem a orientação farmacêutica. Assim, o paciente irá, sempre, procurar o médico e o farmacêutico”
(AMILSON ÁLVARES, VICE-PRESIDENTE DO CFF).

mo as autoridades sabendo que, repassando esta responsabilidade ao farmacêutico, seria bem menos lesivo para o usuário do que feita pelo balconista, como acontece, hoje, na maioria dos casos.

Queria lembrar que um fator que contribui para o aumento da resistência bacteriana é a prescrição feita, apenas através da clínica, sem a utilização de exames laboratoriais, principalmente o antibiograma, que é uma das atividades do farmacêutico nas análises clínicas e que mostram ao médico, antes da prescrição, se aquela bactéria instalada no paciente é ou não resistente aos antibióticos disponíveis para a terapia. Muitas vezes, a patogenicidade do agente microbiano não permite a espera de tempo para realização do exame que, para ser bem feito, leva em torno de cinco a sete dias.

O que precisamos mesmo é de campanhas na mídia para mudar hábitos e a cultura do usuário de medicamentos, para que, ao adquirir um produto, seja ele antibiótico ou não, exija a dispensação feita por um farmacêutico com a devida orientação sobre o uso e os cuidados que deve tomar para uma terapia satisfatória.